

EDITORIAL

A quinta edição da Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U) mantém seu objetivo de se constituir em um canal de produção científico-acadêmica, que almeja o aperfeiçoamento para atingir um estrato de excelência junto à comunidade jurídica e acadêmica. Trata-se do resultado de um esforço conjunto do Conselho Editorial e de seu editor.

A publicação também se preocupa com a endogenia e garante a exogenia, com a efetiva possibilidade de troca de informações entre as Instituições de Ensino Superior, requisito para a inserção nas bases indexadoras que emitem fatores de impacto mais elevados, com conseqüente classificação superior dos periódicos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Todos os artigos submetidos foram avaliados, em primeiro lugar, pelo editor, que examina a adequação do artigo, aspectos formais e metodológicos elementares, entre outros, considerando, ainda, o espaço disponível para publicação. Após essa etapa, cada texto foi enviado a, no mínimo, dois pareceristas para análise de forma e conteúdo, obedecendo ao sistema de *double blind peer review*.

O primeiro artigo, com o verbete "As criptomoedas: análise comparada da realidade tecnológica e regulatória do Brasil e Argentina", de Adriano da Silva Ribeiro e Estevão Grill Pontone, tece reflexões acerca da regulação de criptoativos, especialmente os sistemas da internet chamados de *dark* e *deep web*, incluindo seus conceitos e distinções. Os autores fazem um paralelo entre a legislação brasileira e argentina para, ao final, abordar a lavagem de dinheiro por meio de criptoativos. Como resultado, verificou-se a necessidade de aperfeiçoamento da legislação pelo Senado Federal, sobretudo no que se refere às garantias do sigilo profissional.

O segundo artigo, de autoria de Joana de Moraes Souza Machado, Ana Beatriz de Sousa Chaves e Francisco Ryan Soares de Holanda, intitulado "Os limites das estipulações na Convenção de Condomínio: análise do Recurso Especial 1.819.075/RS (aluguel de imóveis em condomínios edifícios via Airbnb)", tem como tema central verificar se é lícita a estipulação condominial referente à proibição do

aluguel de imóveis condominiais por meio de plataformas digitais, como o Airbnb. Para a investigação, foi colacionado o Recurso Especial 1.819.075/RS, onde se analisou a pertinência dos argumentos e teses utilizados pelos ministros na elaboração de seus respectivos votos. Como resultado, os autores verificaram que a decisão do acórdão paradigma fere literalmente o direito fundamental de propriedade ao dar primazia ao interesse coletivo na convenção de condomínio, inexistindo, dessa maneira, uma ponderação consistente entre os dois bens jurídicos tutelados.

O terceiro artigo, "Comentários à SC COSIT Nº 2/2024: breve análise sobre a variação cambial na alienação a prazo por pessoa física", de Guilherme Martelli Moreira, tece comentários à Solução de Consulta COSIT nº 2/2024 da Receita Federal do Brasil, que trata da tributação da variação cambial em transações comerciais envolvendo moeda estrangeira no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF). Para o autor, a interpretação da Receita Federal considerou que o acréscimo decorrente da variação cambial de parcela recebida na alienação a prazo de participação societária não integra o valor de alienação no cálculo do ganho de capital, sendo tributado individualmente como rendimento de capital a título de juros. Como resultado, verificou-se que esse entendimento pode ser contestado com base no direito civil, que estabelece parâmetros claros para a determinação e execução do preço em transações comerciais.

O quarto artigo, de Isaac Maynard Carvalho Moyses Souza, é sobre "O Direito Administrativo: passado, contemporaneidade e experiência brasileira". Para o autor, a investigação é motivada pela necessidade de compreensão dessas mudanças e uma análise indispensável sobre o desenvolvimento do ramo do Direito Administrativo, que sempre exige um movimento de adaptação do Direito para a regulação das relações sociais. É registrado, ainda, que a participação do cidadão e da sociedade na gestão e controle da administração pública facilita a preservação da legalidade e lisura dos procedimentos. Conclui, ao final, que essa democratização se apresenta como uma tendência contemporânea do Direito Administrativo.

Por seu turno, o quinto artigo, com o título "Regime legal de bens no casamento e na união estável: ajustamento histórico e afastamento do etarismo como causa de discrimen", de Paulo Henrique Arruda, tem como vértice a decisão do Supremo Tribunal Federal do Tema nº 1236, *Leading Case*: ARE 1309642, onde foi estabelecida a seguinte tese: nos casamentos e uniões estáveis envolvendo

pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.641, inciso II, do Código Civil de 2002, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública. Para o autor, a Suprema Corte brasileira realizou um ajustamento histórico ao afastar o etarismo como causa de *discrimen*, corrigindo uma falha legislativa e restabelecendo a liberdade e a dignidade da pessoa idosa.

O sexto artigo, "As Competências do Tutor Empresarial na Formação do Estagiário de Direito", é o resultado da investigação realizada por Alcides Antúnez Sánchez, Yaelsy Lafita Cobas e Mercedes Maribel Yolanda Chipana Fernández, que faz uma análise da necessidade de fundamentar as competências do tutor empresarial que são necessárias para executar a prática laboral como estratégia didática no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do curso de Direito. Os autores defendem a necessidade de conhecer a tutoria executada pelas Unidades Docentes cubanas como complemento da simbiose teoria prática, realizada pelos mentores na formação do estudante do curso de Direito, em sua preparação para o emprego e a prática laboral como resposta à atualização do modelo econômico e social hodierno.

O sétimo artigo, com o título "O uso da crítica à ciência dogmática jurídica como instrumento libertador na América Latina", de Pedro Henrique Gonçalves Silva, Milena Santos Coelho, Rafael Ademir Oliveira de Andrade e Ana Mel Pinheiro dos Santos, inicia com a premissa de que o movimento decolonial busca um sistema jurídico mais inclusivo e libertador, para depois abordar a dogmática jurídica sob a teoria crítica do Direito. Os autores analisam a crítica ao sistema eurocêntrico como instrumento para a percepção da realidade, utilizando um referencial teórico para o exercício de reflexão e denúncia, com o escopo de fomentar a tomada de consciência. Em suas conclusões, verificou-se que, sem a solidariedade social, não é possível justificar as funções do Estado em benefício da vida comum de seus jurisdicionados, para que o pluralismo jurídico seja instituído de modo comunitário e equânime.

O oitavo artigo, "Mudanças nas leis trabalhistas durante a pandemia de Covid-19: um olhar voltado aos trabalhadores formais e ao *home-office* no país", de autoria de Deusiangela Maria da Silva, Ivonaldo da Silva Mesquita e Sarah Maria Veloso Freire, fazem uma análise das mudanças na legislação trabalhista advinda com a pandemia para os trabalhadores formais da iniciativa privada, fazendo um recorte

mais voltado para a modalidade de trabalho *home-office*. Os autores defendem que muitas dessas mudanças contradizem diretamente as leis vigentes e, especialmente, a Constituição Federal de 1988. Surge assim uma colisão entre direitos fundamentais e a necessidade de manter o pleno emprego e a autonomia das empresas em meio à crise sanitária.

Por último, o nono artigo “A desvalorização da palavra da vítima nos crimes contra a dignidade sexual: no processo de produção de provas”, de Naiara Pereira Branco dos Santos e Deilton Ribeiro Brasil discutem como a palavra da vítima de crimes sexuais é tratada na prática no processo de produção de provas, bem como buscam propor um meio de resolução da lide que não viole direitos fundamentais de nenhuma das partes envolvidas. A pesquisa destacou a persistente desconfiança na palavra das mulheres em casos de crimes sexuais, apesar de seu reconhecido valor probatório. A necessidade de avaliações psicológicas rigorosas tanto para vítimas quanto para réus emerge como uma via para garantir uma justiça mais equitativa, respeitando os princípios constitucionais e combatendo estereótipos prejudiciais.

Em nome da RDC-U, renovo os meus agradecimentos aos pareceristas *ad hoc* e corpo técnico da Revista bem como ao editor Professor Mestre Murilo Henrique Garbin pela distinção do convite para escrever este Editorial.

Desejo a todos e todas uma boa leitura!

Barbacena-MG, 17 de junho de 2024

Deilton Ribeiro Brasil

Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina, Itália. Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho-RJ. Mestre em Direito pela Faculdade Milton Campos de Belo Horizonte-MG. Professor das Faculdades Santo Agostinho (FASASETE-AFYA) e da Universidade de Itaúna (UIT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7268-8009>.

EDITORIAL

The fifth edition of *Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U)* continues its goal of serving as a channel for scientific and academic production, aspiring to achieve excellence within the legal and academic communities. This is the result of a joint effort by the Editorial Board and its editor.

The publication also emphasizes endogeneity while ensuring exogeneity, fostering effective information exchange among Higher Education Institutions. This is a requirement for inclusion in indexing databases that provide higher impact factors, consequently leading to a superior classification of journals evaluated by Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES.

All submitted papers were first evaluated by the editor, who examined the papers suitability, basic formal and methodological aspects, among others, also considering the available space for publication. Following this initial review, each paper was sent to at least two reviewers for form and content analysis, following the double-blind peer review system.

The first paper, titled "Cryptocurrencies: A Comparative Analysis of the Technological and Regulatory Reality in Brazil and Argentina" by Adriano da Silva Ribeiro and Estevão Grill Pontone, reflects on the regulation of crypto assets, particularly the internet systems known as the dark web and deep web, including their concepts and distinctions. The authors draw a parallel between Brazilian and Argentine legislation to ultimately address money laundering through crypto assets. The conclusion highlights the need for legislative improvement by the Federal Senate, especially concerning the guarantees of professional confidentiality.

The second paper, authored by Joana de Moraes Souza Machado, Ana Beatriz de Sousa Chaves, and Francisco Ryan Soares de Holanda, titled "The Limits of Stipulations in Condominium Conventions: Analysis of Special Appeal 1.819.075/RS (Rental of Condominium Properties via Airbnb)," examines whether the stipulation prohibiting the rental of condominium properties through digital platforms like Airbnb is lawful. The authors reference Special Appeal 1.819.075/RS, analyzing the relevance of the arguments and theses used by the ministers in their respective votes. They conclude that the paradigm decision literally violates the fundamental

right to property by prioritizing collective interest in the condominium convention, thereby lacking a consistent balance between the two protected legal assets.

The third paper, "Comments on SC COSIT No. 2/2024: A Brief Analysis of Exchange Rate Variations in Deferred Sales by Individuals" by Guilherme Martelli Moreira, comments on the Federal Revenue of Brazil's SC COSIT No. 2/2024, which addresses the taxation of exchange rate variations in commercial transactions involving foreign currency in the Personal Income Tax (IRPF). The author argues that the Federal Revenue's interpretation considers the increment resulting from the exchange rate variation of the installment received in the deferred sale of corporate participation does not integrate the sale value in the capital gain calculation, being individually taxed as capital income in the form of interest. The conclusion suggests that this understanding can be contested based on civil law, which establishes clear parameters for determining and executing prices in commercial transactions.

The fourth paper, by Isaac Maynart Carvalho Moyses Souza, titled "Administrative Law: Past, Contemporary Issues, and the Brazilian Experience," investigates the need to understand these changes and provides an essential analysis of the development of Administrative Law, which constantly requires adaptation to regulate social relations. The article notes that citizen and societal participation in the management and control of public administration facilitates the preservation of legality and propriety in procedures. The conclusion indicates that this democratization is a contemporary trend in Administrative Law.

The fifth paper, titled "Legal Regime of Property in Marriage and Stable Union: Historical Adjustment and the Elimination of Ageism as a Cause of Discrimination" by Paulo Henrique Arruda, focuses on the Supreme Court's decision in Theme No. 1236, Leading Case: ARE 1309642, where it established that in marriages and stable unions involving individuals over 70 years old, the regime of separation of property provided in Article 1,641, Section II of the 2002 Civil Code can be waived by the parties' express declaration of will through a public deed. The author argues that the Brazilian Supreme Court made a historical adjustment by eliminating ageism as a cause of discrimination, correcting a legislative flaw and restoring the freedom and dignity of the elderly.

The sixth paper, "The Competencies of the Business Mentor in the Training of Law Interns," by Alcides Antúnez Sánchez, Yaelsy Lafita Cobas, and Mercedes Maribel Yolanda Chipana Fernández, analyzes the need to establish the

competencies of business mentors necessary to execute practical work as a didactic strategy in the teaching and learning process of law students. The authors advocate for the need to understand the mentoring conducted by Cuban Teaching Units as a complement to the theory-practice symbiosis, performed by mentors in the training of law students, preparing them for employment and practical work as a response to the modernization of the current economic and social model.

The seventh paper, titled "The Use of Critique of Dogmatic Legal Science as a Liberating Tool in Latin America" by Pedro Henrique Gonçalves Silva, Milena Santos Coelho, Rafael Ademir Oliveira de Andrade, and Ana Mel Pinheiro dos Santos, starts with the premise that the decolonial movement seeks a more inclusive and liberating legal system, then addresses legal dogmatics under critical legal theory. The authors analyze the critique of the Eurocentric system as a tool for perceiving reality, using a theoretical framework for reflection and denunciation, aiming to foster awareness. Their conclusions indicate that without social solidarity, it is impossible to justify the state's functions for the common good of its jurisdictions, so that legal pluralism is established in a communal and equitable manner.

The eighth paper, "Changes in Labor Laws During the Covid-19 Pandemic: A Look at Formal Employees and Home Office in the Country," by Deusiangela Maria da Silva, Ivonaldo da Silva Mesquita, and Sarah Maria Veloso Freire, analyzes the changes in labor legislation that emerged with the pandemic for private sector formal workers, focusing more on the home office modality. The authors argue that many of these changes directly contradict existing laws and, particularly, the 1988 Federal Constitution. Thus, a collision arises between fundamental rights and the need to maintain full employment and business autonomy amid the health crisis.

Finally, the ninth paper, "The Devaluation of the Victim's Testimony in Crimes Against Sexual Dignity: In the Process of Evidence Production", by Naiara Pereira Branco dos Santos and Deilton Ribeiro Brasil discusses how the victim's testimony in sexual crimes is treated in practice during evidence production and proposes a way to resolve the dispute that does not violate the fundamental rights of any involved parties. The research highlights the persistent distrust in women's testimony in cases of sexual crimes, despite its recognized probative value. Rigorous psychological evaluations for both victims and defendants emerge as a means to ensure more equitable justice, respecting constitutional principles and combating harmful stereotypes.

On behalf of Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U), I renew my thanks to the *ad hoc* reviewers and the journal's technical staff, as well as to the editor, Professor Master Murilo Henrique Garbin, for the honor of inviting me to write this Editorial.

I wish you all a pleasant reading experience!

Barbacena-MG, 17th June, 2024

Deilton Ribeiro Brasil

Post-Doctorate in Law from the University of Messina, Italy. Doctorate in Law from Gama Filho University-RJ. Master's in Law from Milton Campos Law College in Belo Horizonte-MG. Professor at Saint Augustine Law Colleges (FASASETE-AFYA) and University of Itaúna-MG (UIT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7268-8009>.